



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao Correio da Paraíba**

Jornalista: Presidente, o senhor vem à Paraíba inaugurar trecho da BR-230, obra que atende às expectativas da região quanto a investimentos em infraestrutura. O que o governo do senhor ainda reserva ao Estado para a consolidação do fortalecimento continuado desse setor e como o planejamento do PAC acolhe as demandas da Paraíba?

Presidente: Eu estou muito satisfeito por poder atender às demandas da Paraíba. Os investimentos do PAC no Estado somam R\$ 9,5 bilhões, entre empreendimentos exclusivos e regionais. O programa engloba investimentos em infraestrutura energética, logística (vias, sistemas e terminais de transportes), social e urbana, que inclui urbanização e saneamento. A BR-230 já está concluída e a duplicação da BR-101, da divisa com o Rio Grande do Norte até a divisa com Pernambuco, está com obras em andamento – os investimentos são de R\$ 582,4 milhões. A dragagem do Porto de Cabedelo está em licitação e as obras vão começar em novembro. A ampliação do terminal de passageiros e o reforço da pista de pouso, entre outras obras do Aeroporto de João Pessoa, foram concluídas no final de 2007. A Paraíba é um dos estados brasileiros com maior potencial de produção de energia alternativa, ao lado do Rio Grande do Norte, Ceará e Rio Grande do Sul. Por isso, tem destaque no Proinfa (Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica). São 11 usinas eólicas (energia dos ventos) já concluídas e uma em processo de licitação, com investimentos de mais de R\$ 280 milhões. Além de contemplada no Projeto de Integração do São Francisco, a Paraíba conta com obras de duas adutoras e um perímetro de irrigação, aumentando a oferta de água. O Luz para Todos já atendeu 227.600 pessoas no estado. Para as áreas de habitação



e saneamento, estamos destinando mais de R\$ 1 bilhão. Os projetos foram selecionados a partir de amplo diálogo da União com o governo estadual e com as prefeituras, que são os responsáveis pela execução das obras.

Jornalista: Presidente, seu governo redefine o ensino técnico profissionalizante no país com a criação de novos centros de educação tecnológica, a exemplo desse que o senhor inaugura na Paraíba durante sua permanência no Estado. Iniciativas como o Projovem também são fundamentais para a inclusão social de cidadãos em idade produtiva. Mas o país ainda sofre as consequências de termos um percentual de analfabetos que, segundo o IBGE, só é menor do que a Bolívia, que tem índice de 11,7%. O que o seu governo tem feito para reverter esta situação, principalmente no Nordeste onde o percentual é dos mais altos no país?

Presidente: Desde que assumimos o governo, estamos implementando vários programas com vistas a reduzir o analfabetismo. É o caso do Programa Brasil Alfabetizado, lançado logo em 2003. A partir de 2007, o programa foi reformulado, passando a operar em parcerias com estados e municípios e com prioridade para o Norte e o Nordeste do Brasil. Em 2008, o programa cadastrou 1,5 milhão de alfabetizandos (cidadãos em processo de alfabetização), sendo 133.650 só na Paraíba. Em 2002, a porcentagem de analfabetos era de 11,8% no Brasil e, em 2007, tinha caído para 9,9%. Um dado animador é que a distribuição por faixa etária mostra que entre os jovens, a taxa é mínima, o que significa que o ensino fundamental está se universalizando e dando conta do recado. Dos 15 aos 17 anos, a taxa de analfabetos está em 1,7% e, dos 18 aos 24 anos, em 2,4%. Ou seja, as novas gerações já são quase que totalmente alfabetizadas. A idade média dos analfabetos é de 54 anos, o que faz com que dediquemos muita atenção às faixas etárias mais elevadas. Em parceria do MEC com o Ministério da Saúde, estamos iniciando o Programa Olhar Brasil,



com o objetivo de fornecer óculos adequados a cada alfabetizando, com consultas oftalmológicas individualizadas. Por meio do Brasil Alfabetizado, o Governo Federal oferece bolsas aos alfabetizadores, coordenadores de turma e também para o atendimento de alunos com deficiência. Além das bolsas, o programa apóia os estados e municípios com recursos para a formação dos alfabetizadores, oferta de alimentação, transporte e material didático para os alfabetizandos. Para intensificar o trabalho, assinamos o pacto Mais Nordeste pela Cidadania, em que os governadores assumiram compromissos de cumprir metas e de proporcionar aos alunos do Brasil Alfabetizado a possibilidade de prosseguir com os estudos.

Jornalista: Presidente, o SUS é um modelo positivo internacional de atenção básica, e o seu governo tem marcado presença na ampliação do acesso da população ao serviço. Mas a média e a alta complexidade carecem de mais investimentos, principalmente os hospitais universitários, muitos dos quais enfrentando graves problemas administrativos e técnicos, com tecnologia defasada e equipes insuficientes. Como o senhor analisa o problema e o que o governo tem feito e pretende fazer para dar mais efetividade à política pública para a média e alta complexidade?

Presidente: Nós já havíamos detectado o problema e estamos corrigindo as distorções na distribuição de recursos dos serviços de alta e média complexidade (consultas especializadas, exames, cirurgias etc.). De março de 2007 a dezembro de 2008, os recursos destinados aos Estados para esse setor passaram de R\$ 17,6 bilhões para R\$ 25,6 bilhões, o que representa um aumento de 45,4%. Os Estados que receberam os maiores aumentos foram Roraima (141,7%), Acre (97,9%) e Amapá (91,5%). A Paraíba teve um reajuste de 49,25%, acima da média geral, passando de R\$ 301,7 milhões para R\$



450,3 milhões. Em geral, os aumentos foram maiores para os estados que estavam mais defasados na distribuição média por pessoa. Quanto aos hospitais de ensino, das 158 unidades que certificamos a partir de 2004, 134 aderiram ao Programa de Reestruturação dos Hospitais de ensino. Esse programa é importante porque nos permite estabelecer metas quantitativas e qualitativas para todo o processo de atenção à saúde, de ensino e pesquisa e de gestão hospitalar. Para essas unidades, aumentamos em 10% o valor do incentivo, o que corresponde a R\$ 37,95 milhões anuais.

Jornalista: Presidente, a transposição do rio São Francisco corre o risco de reduzir o ritmo das obras em consequência da crise, ou o orçamento será cumprido em sua integralidade?

Presidente: Com grande tranquilidade, eu afirmo que não há hipótese de haver paralisação ou diminuição do ritmo das obras do Projeto São Francisco. Pelo contrário, estamos investindo ainda mais nas obras do PAC, como uma das formas de amenizar os efeitos da crise financeira internacional. Os investimentos foram ampliados de R\$ 503,9 bilhões para R\$ 646 bilhões até 2010. Em várias obras estratégicas, como é o caso do São Francisco, estamos estimulando a criação de turno adicional com o objetivo não apenas de apressar o ritmo dos trabalhos, mas também de aumentar o número de postos de trabalho. Atualmente, nas obras do Eixo Leste, que vai abastecer o Estado da Paraíba, os Lotes 9 e 11, em Pernambuco, já estão sendo executados com turno adicional de trabalho. O Lote 10, também em Pernambuco, terá turno extra a partir do mês que vem. E no Lote 12, que cruza o Estado da Paraíba, as obras vão começar até o final de setembro, já com turno adicional, para que a inauguração deste Eixo aconteça até o final de 2010. Se a crise internacional causou alguma mudança no Projeto São Francisco, foi a de aumentar o volume de investimentos e de criação de empregos. Essas iniciativas, somadas a



várias outras, como, por exemplo, a redução de impostos, o Programa Minha Casa Minha Vida, de construção de 1 milhão de moradias, o aumento do crédito, do valor real do salário mínimo, da ampliação do Bolsa Família, estão mostrando grande eficácia na superação da crise. Desde fevereiro, já estamos registrando uma retomada na geração de empregos.

Jornalista: Presidente, o senhor anunciou novidades para a Previdência através da desoneração de parte dos custos da folha de pagamento das empresas. Como o senhor acredita que poderá a Previdência compensar a queda na arrecadação?

Presidente: No projeto de lei da Reforma Tributária, que enviamos no ano passado ao Congresso, nós incluímos a redução da alíquota patronal do INSS. A redução representa uma desoneração da folha de pagamentos e a possibilidade de aumentar o número de empregos. Nesse caso, não haverá muito impacto na arrecadação porque estaremos implementando o IVA-F – Imposto sobre Valor Adicionado. É preciso considerar também que a Reforma Tributária vai melhorar o ambiente empresarial pela simplificação dos tributos, pela maior segurança jurídica que as companhias terão e pelo aumento da competitividade. Tudo isso se traduz em crescimento. Segundo estudos do Ministério da Fazenda, a implantação da Reforma pode proporcionar um crescimento de 0,5% do PIB. Com o crescimento econômico extra e a ampliação do mercado formal de trabalho – proporcionado pela desoneração da folha de pagamentos – e com a implementação do IVA-F a Previdência terá compensado o que perderá com a redução da alíquota do INSS.

(\$31DHKL)